

O CARGO DE INSPETOR ESCOLAR NA REPÚBLICA MATO-GROSSENSE: OS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO (1910- 1946)

LUIZA GONÇALVES FAGUNDES¹;
ELOMAR ANTONIO CALLEGARO TAMBARA²

¹Universidade Federal de Pelotas – lu_andrade@ufmt.br

²Universidade Federal de Pelotas – tambara@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar os resultados preliminares do projeto de tese vinculado a linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPEL), que tem por objetivo central investigar sobre a função desempenhada pelo inspetor escolar, no Estado de Mato Grosso, após a implantação da reforma da Instrução Pública Primária (1910), sancionada pelo governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911), até a queda do Estado Novo em 1946. É significativo mencionar que se trata de uma pesquisa em andamento situada na área das ciências humanas e sociais.

A periodização proposta abarca os anos de 1910, como o início do olhar investigativo, devido este ter sido o ano em que o serviço de inspeção teve a sua organização efetivada, no Estado de Mato Grosso, com a reforma da Instrução Pública Primária (1910), sancionada pelo governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911), cuja pretensão era implantar, nas instituições de ensino formal, o método moderno. Já a opção pelo ano de 1946, para o fim do olhar investigativo, se apresentou por este ter sido o ano em que aconteceu uma reorganização do ensino, no Estado de Mato Grosso, a partir da criação da Lei Orgânica do Ensino Primário (1946), elaborada em um momento de crise política causada pela substituição do regime do Estado Novo pelo regime que buscava a recomposição democrática, além de este ter sido o ano em que também foi extinta a Diretoria Geral da Instrução Pública para a criação do Departamento de Educação e Cultura do Estado¹.

A abordagem da categoria Cultura Escolar se insere na perspectiva da historiografia da educação a partir das pesquisas que abarcam a história das instituições escolares (VIDAL, 2005), uma vez que a cultura escolar é compreendida como tudo aquilo que faz parte da organização da escola, sendo que essas características de institucionalização vão criando seus aspectos próprios e modos de ser e viver particulares. Essa construção de culturas criadas no contexto escolar virou interesse de muitos pesquisadores que a analisam com o propósito de entender o presente pelos vestígios deixados no passado.

Por esse contexto, entende-se que na escola existem três culturas predominantes: as empíricas (produzidas pelos docentes no exercício da profissão), científica (investigação elaborada pelas Universidades) e a cultura política/normativa (organização das escolas e os conjuntos de regras que governam o seu funcionamento) (VIDAL, 2005). Nesse sentido, esta pesquisa irá se debruçar na terceira cultura, ou seja, política/normativa, uma vez que esta

¹ MATO GROSSO. **Decreto-lei** nº 785, de 4 de setembro de 1946. Dispõe sobre a extinção da Diretoria Geral da Instrução Pública, e automaticamente cria o Departamento de Educação e Cultura do Estado. Arquivo Público – APMT.

poderá auxiliar na reconstrução do perfil do inspetor escolar, nos idos de 1910 a 1946.

2. METODOLOGIA

Para realizar este estudo foi utilizada a metodologia de cunho bibliográfico com a análise documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), visto que este é um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

Até o momento foram realizadas buscas por documentações no arquivo Público do Estado de Mato Grosso, no acervo documental reunido pelo Grupo de Pesquisa ALFALE/CNPq/UFMT e nas Secretarias de Educação do referido Estado. Dessa forma, foram encontrados até o momento, quatro regulamentos do ensino primário mato-grossense, nove documentos (programa e regulamento, sinopse estatística, relatórios) relacionados a Estatísticas Educacionais, dezenove relatórios e três fontes que apresentam relação com o tema proposto, produzindo um total de 35 documentos para a análise inicial. Posteriormente, será realizada uma busca por fontes legislativas que referendem o papel, a seleção, a função e a organização do Inspetor Escolar no Brasil e, em específico, no Estado de Mato Grosso.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Poder compreender historicamente a função do inspetor escolar permitirá resgatar as intencionalidades que desempenhava esse profissional frente à educação formal que, durante muitos anos, foi organizada de forma autoritária e sistemática.

A palavra “inspeção” emana do latim *inspecto, onis*, que significa ação de verificação, exame, olhar e inspecionar. Segundo o Dicionário de língua portuguesa, de Soares Amora, a palavra inspeção significa “1. Ação de examinar, de olhar detidamente; 2. Exame, vistoria” (AMORA, 2009). Igualmente, a palavra inspetor significa “aquele que exerce inspeção sobre alguma coisa; 2. Encarregado de fazer a inspeção.” (AMORA, 2009).

O trabalho do inspetor escolar esta diretamente vinculado aos termos verificação, classificação e controle, uma vez que quando o inspetor adentra o estabelecimento escolar ele lança um olhar de exame em relação a toda organização pertencente ao pedagógico e ao administrativo, na busca por verificar possíveis inadequações e elaborar, posteriormente, ações vinculadas a interpretação da legislação frente aos sujeitos que fazem a escola caminhar, possibilitando assim, o controle nas atividades administrativas e o repasse de princípios e métodos, condizentes a política da época, para o pedagógico.

Portanto, o inspetor escolar exerce a função de controle em relação ao funcionamento do que é planejado (pelas ideologias políticas) e aquilo que é executado (no cotidiano da escola), ou seja, do regulamento ao praticado. Durante o início da República esses sujeitos eram classificados como “delegados escolares” que possuíam uma função policiadora frente à verificação e os atos de avaliação, aqui compreendidos como avaliação dos pares.

Os critérios utilizados para a avaliação, realizados pelos inspetores, esta diretamente relacionada com as legislações e os seus objetivos. A função primordial do controle utilizado pelo inspetor é “facilitar a realização das atividades

planejadas e organizadas, e a inspeção, como elemento do controle é, desta maneira, utilizada como elemento facilitador do processo” (INSTITUTO PEDAGÓGICO DE MINAS GERAIS, 2010). Haja vista que o controle passa do pressuposto da aquisição de princípios e métodos que visem determinar os padrões e os procedimentos para a realização da avaliação.

O serviço de inspeção escolar teve sua organização efetivada, no estado de Mato Grosso, no ano de 1910, com a Reforma do Ensino da Instrução Pública Primária, durante a regência do primeiro mandato do governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 04 de julho de 1910, pela Lei de nº 533. Porém, foi o decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910, que efetivamente expediu o Regulamento da Instrução Primária no Estado.

A reforma educacional, no Mato Grosso, adveio da adoção, por parte da elite mato-grossense, de um modelo proveniente do Estado de São Paulo, em 1893, pelo Governo Bernardino de Campos, que propunha um sistema de ensino modelar para a efetivação de uma escola que seria sinônimo de modernidade e progresso republicano. O ensino paulista se tornou, então, um modelo que ganharia a adoção em outras unidades federativas, como foi no caso de Mato Grosso.

Desse modo, surgem os seguintes questionamentos: a serviço de quem era realizado o trabalho de inspeção escolar nos anos de 1910 até 1946? Qual era a função do inspetor escolar nos idos de 1910 a 1946? Ela foi se modificando ideologicamente? O que a legislação contribuiu para essa designação? O que a legislação propunha era realmente efetivado? Quem eram essas pessoas que inspecionavam as escolas? Como era organizada a inspeção nas escolas? Era por zonas, setores ou distritos? Como essa inspeção era realizada (nas escolas urbanas e isoladas)? Quantos inspetores havia para cada escola? O número de inspetores era suficiente para atender a demanda de escolas mato-grossenses? Como os professores encaravam/reagiam ao dispositivo da inspeção? Qual era a importância que o Estado de Mato Grosso atribuía a função de Inspetor Escolar? Como o inspetor era visto e tratado perante o Estado? Como ele era contratado? Fazia algum tipo de prova ou concurso? Que nível de escolaridade ele precisava possuir para ser um Inspetor Escolar? Ou esse cargo era dado por confiança? Eles eram remunerados? Qual era o efetivo valor dado a esse trabalho? O que o Inspetor Escolar contribuiu para a organização da instituição formal Mato-grossense?

Como essa pesquisa encontra-se em andamento buscar-se-á localizar, organizar e analisar os materiais (relatórios de inspetores, boletins de informações do Estado de Mato Grosso (1941), Programas e regulamentos relacionados a estatísticas (1910-1970), relatórios estatísticos (1910-1970), relatório do delegado do Estado de Mato Grosso (1910-1970), regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1910, regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1927, entre outras fontes documentais que possam ajudar na análise) relacionados à História da Educação, bem como, a História das Instituições Escolares, do Estado de Mato Grosso, no período entre 1910 a 1946, com o objetivo de tentar provar que o Inspetor Escolar é um agente político, visto que ele é a representação e a presença (olhos) efetivada do Estado frente às instituições de ensino primário, promovendo o cumprimento da legislação educacional vigente, a adequação de normas e sua aplicabilidade no real, além de controlar de maneira administrativa e pedagógica a organização das funções de trabalho desempenhadas dentro das instituições escolares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos inspetores escolares é pensada, nas décadas de 1910 a 1946, como um implantador das ideias republicanas de exaltação do Estado-Nação, por meio da promoção de programas que venham a eclodir uma cultura cívica pautada no patriotismo e na consolidação de um nacionalismo que difundia os interesses da elite que ocupava o Estado. Assim, “os inspetores representaram a solução, existente no país desde o Império, para a fiscalização do ensino e a consecução dos objetivos do Estado” (NASCIMENTO, 2010, p. 364). A escola é pensada como um local que possibilitaria a inculcação dessas ideias e, os inspetores escolares, seriam como agentes do Estado que fariam cumprir as propostas e programas pensados para a formação desse cidadão.

A presença de uma produção ainda tímida em torno da temática da inspeção sugere a necessidade de continuidade das pesquisas, de seu aprofundamento e alargamento, evidenciando a fiscalização de professores como condição essencial ao bom funcionamento do ensino. Nesse sentido, espero que este estudo do tema da inspeção de professores, venha contribuir para as discussões e fornecer elementos para pensar os mecanismos utilizados para criar condições de governabilidade nas instituições escolares mato-grossense.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, A. S. **Dicionário Soares Amora de língua portuguesa**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

INSTITUTO PEDAGÓGICO DE MINAS GERAIS. **Gestão Escolar Integradora: Tópicos Especiais em Inspeção Escolar**. Belo Horizonte: FACEL, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, D. do. Escola, nação, patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900-1930). **Revista Roteiro**, Editora Unaesc, v. 35, n. 2, p. 363-380, de 2010.

VIDAL, D. G. **Cultura escolar: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção Memória da Educação).